



# DIÁRIO OFICIAL

DIÁRIO OFICIAL  
DOS PODERES  
DO ESTADO

www.dio.es.gov.br

Vitória (ES), Segunda-feira, 04 de Julho de 2011

R\$1,50

## PODER EXECUTIVO

### GOVERNADORIA DO ESTADO

### DECRETOS

#### LEI Nº 9.665

Institui o Projeto Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores e dá outras providências.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas, por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo - DETRAN/ES, o Projeto Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores.

**Art. 2º** A finalidade do Projeto Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores é possibilitar gratuitamente o acesso das pessoas de baixo poder aquisitivo à obtenção da 1ª (primeira) Carteira Nacional de Habilitação - CNH nas categorias A, B e AB e, na hipótese de mudança de categoria para as categorias D e E, assegurando aos beneficiários:

I - dispensa do pagamento dos custos relativos aos exames de aptidão física, mental e psicológica;

II - dispensa de pagamento dos custos para obtenção da 1ª (primeira) habilitação, nas categorias A, B, AB e para mudança de categoria para as categorias D e E;

III - dispensa do pagamento dos custos de emissão da CNH;

IV - dispensa do pagamento dos valores relativos à realização dos cursos teórico-técnico e de prática de direção veicular;

V - dispensa do pagamento dos custos inerentes à realização de provas teóricas e práticas.

**Art. 3º** Para os efeitos desta Lei serão consideradas pessoas de baixo poder aquisitivo, aquelas cuja renda familiar mensal seja igual ou inferior a 02 (dois) salários mínimos.

**Parágrafo único.** Poderão se candidatar ao benefício proporcionado pelo Projeto Social de que trata a presente Lei pessoas de baixo poder aquisitivo que se enquadrarem em uma das seguintes situações:

I - os trabalhadores comprovadamente desempregados há mais de 02 (dois) anos;

II - beneficiários do Programa Bolsa Família, criado pela Lei Federal nº 10.836, de 09.01.2004;

III - alunos matriculados na rede pública de ensino e que comprovem bom desempenho escolar;

IV - pessoas egressas e liberadas do sistema penitenciário, de acordo com os requisitos estabelecidos em Instrução de Serviço do Diretor Geral do DETRAN/ES.

**Art. 4º** O candidato à obtenção do benefício da gratuidade previsto nesta Lei deverá preencher os seguintes requisitos:

I - ser penalmente imputável;

II - saber ler e escrever;

III - possuir CPF, Carteira de Identidade ou equivalente;

IV - comprovar domicílio ou residência no Estado do Espírito Santo;

V - não estar judicialmente impedido de possuir a CNH.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo estabelecerá por decreto critérios de seleção dos beneficiários do presente Projeto.

**Art. 5º** A concessão dos benefícios a que se refere esta Lei, para obtenção de 1ª (primeira) CNH ou de classificação nas categorias D e E, não exige o beneficiário da realização de todos os exames necessários e indispensáveis para a habilitação na categoria pretendida, devendo ser observadas as disposições da Lei nº 9.503, de 23.9.1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB e Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

**§ 1º** O candidato reprovado nos exames teórico-técnico e de prática de direção veicular poderá renová-los, 1 (uma) única vez, sem qualquer ônus, desde que não expirado o prazo do processo de obtenção de 1ª (primeira) CNH.

**§ 2º** O candidato reprovado nos exames de prática de direção veicular poderá renová-los, 1 (uma) única vez, sem qualquer ônus, desde que não expirado o prazo do processo de mudança de categoria da CNH.

**§ 3º** Expirada a validade do processo de obtenção de 1ª (primeira) CNH e de classificação nas categorias D e E, ou inabilitado o candidato, este somente poderá ser incluído no Projeto de que trata o artigo 1º desta Lei, após decorridos 03 (três) anos a contar do final do processo, devendo comprovar, ainda, a validade dos exames médicos e psicológicos.

**Art. 6º** O Estado do Espírito Santo, por intermédio do DETRAN/ES, será responsável pelo pagamento das despesas relativas ao curso teórico-técnico e ao curso de prática de direção veicular, ministrados pelos Centros de Formação de Condutores - CFCs, e ainda pelo pagamento de despesas relativas aos exames médicos e psicológicos realizados pelas clínicas credenciadas.

**§ 1º** O DETRAN/ES poderá celebrar convênios com as clínicas e CFCs credenciados para a realização das atividades previstas no caput deste artigo.

**§ 2º** Para o cumprimento do Projeto, fica facultada ao DETRAN/ES a celebração de convênios administrativos com instituições de ensino, com outros entes federativos e com organizações não-

Esta Edição, contém Atos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário  
As Matérias publicadas no Diário Oficial, são reproduzidas diretamente dos originais

### NESTA EDIÇÃO

<b>PODER EXECUTIVO - Nº 23.052</b>		Ministério Público	14
<b>CADERNOS</b>		<b>Municipalidades e Outros</b>	<b>28 páginas</b>
<b>Executivo</b>	<b>32 páginas</b>	Câmaras	1
Governos	1 a 9	Prefeituras	1 a 13
Secretarias	9 a 32	Repartições Federais	-
Assembléia Legislativa	-	Comércio & Indústria	14 a 16
<b>Licitações</b>	<b>16 páginas</b>	Ministério Público	17 a 19
Tribunal de Contas	15	Tribunal de Contas	20 a 27
Secretarias	1 a 7	Defensoria Pública do Estado	19 a 20
Tribunal de Justiça	15	<b>PODER JUDICIÁRIO - Nº 22.053</b>	
Prefeituras	7 a 14	<b>Caderno do Judiciário</b>	<b>- páginas</b>
Câmaras	7	Tribunal de Justiça	28
Comércio & Indústria	14	TRE	-
Repartições Federais	15	OAB	-
		Justiça Federal	-

governamentais, podendo, para tanto, utilizar recursos orçamentários próprios, de outras fontes ou oriundos de convênios específicos.

**§ 3º** Fica assegurado a todas as clínicas e CFCs credenciados e regulares com o DETRAN/ES, e que atendam às especificações dispostas em regulamento, o direito de realizarem as atividades disciplinadas nesta Lei.

**§ 4º** Os credenciamentos e os convênios realizados nos termos deste artigo serão encaminhados à Comissão de Infraestrutura, de Desenvolvimento Urbano e Regional, de Mobilidade Urbana e de Logística da Assembleia Legislativa, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua realização.

**Art. 7º** O Poder Executivo instituirá uma Comissão Executiva para gerenciamento do Projeto Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores, com as seguintes atribuições:

**I** - supervisionar o Projeto Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores;

**II** - avaliar procedimentos de execução do Projeto, instituir medidas de fiscalização, ajustamento e aperfeiçoamento e elaborar as normas complementares não estabelecidas na regulamentação desta Lei;

**III** - dar assessoramento técnico e administrativo na implantação, execução e acompanhamento e avaliação do Projeto;

**IV** - analisar e aprovar os relatórios de avaliação e resultados, incluindo, quando necessário, parecer sobre assuntos de sua competência.

**Art. 8º** Compete ao Diretor Geral do DETRAN/ES, por ato próprio:

**I** - instituir as diretrizes, os critérios, as normas e os procedimentos operacionais necessários ao funcionamento do presente Projeto, atendidas as regras estabelecidas nesta Lei e no correspondente decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo;

**II** - estabelecer o número de vagas anual para os beneficiários do presente Projeto, respeitado o orçamento aprovado.

**Art. 9º** O disposto nesta Lei não se aplica às pessoas que tenham cometido crimes na condução de veículo automotor, previstos no CTB, com sentença penal condenatória transitada em julgado ou que tenham sofrido penalidade de cancelamento de permissão e cassação de CNH.

**Art. 10.** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder alterações no orçamento e no Plano Plurianual de Aplicação, a fim de possibilitar a imediata execução do Projeto criado nesta Lei.

**Art. 11.** A presente Lei será regulamentada por decreto do Poder Executivo.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, 01 de Julho de 2011.

**JOSÉ RENATO CASAGRANDE**  
Governador do Estado

**LEI Nº 9.666**

Institui o Dia Estadual do Trabalhador de Radiodifusão e Televisão.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Dia Estadual do Trabalhador de Radiodifusão e Televisão no Calendário Oficial do Estado, a ser comemorado, anualmente, no dia 14 do mês de dezembro.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, 01 de Julho de 2011.

**JOSÉ RENATO CASAGRANDE**  
Governador do Estado

**LEI COMPLEMENTAR Nº 591**

Dá nova redação ao caput e ao § 2º do artigo 1º da Lei Complementar nº 554, de 18.6.2010, que criou Comissões Julgadoras de Defesa Prévia no âmbito do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Espírito Santo – DER-ES.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O caput e o § 2º do artigo 1º da Lei Complementar nº 554, de 18.6.2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam criadas e incluídas na estrutura organizacional básica do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Espírito Santo - DER-ES, constante da Lei Complementar nº 381, de 28.02.2007, em nível de assessoramento, 3 (três) Comissões Julgadoras de Defesa Prévia.

(...)

§ 2º As Comissões Julgadoras de Defesa Prévia serão instituídas e terão seus membros nomeados por ato do Diretor Geral do DER-ES, compostas cada uma por 1 (um) Presidente e 3 (três) membros, sendo que obrigatoriamente um dos membros, neste incluído o Presidente, terá que possuir graduação em Direito, e seu funcionamento regular será estabelecido por meio de regimento interno.

(...)” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, 01 de Julho de 2011.

**JOSÉ RENATO CASAGRANDE**  
Governador do Estado

**DECRETOS**

**RESUMO DOS ATOS ASSINADOS PELO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO.**

**DECRETO Nº 1395-S, DE 01.07.2011.**

**NOMEAR**, nos termos do art. 12, inciso II da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **BRENDA BATISTA GUEDES AGUIAR**, para exercer o cargo de provimento em comissão de **AGENTE DE SERVIÇOS II**, ref. **QC-06**, da Secretaria da Casa Civil, a partir de 01 de julho de 2011.

**DECRETO Nº 1396-S, DE 01.07.2011.**

**NOMEAR**, nos termos do Art. 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, para exercer o cargo de provimento em comissão de **SECRETARIA SÊNIOR** ref. **QC – 04 LETÍCIA CAMILLO SILVARES**, da Secretaria de Estado da Cultura.

**DECRETO Nº 1397-S, DE 01.07.2011.**

**NOMEAR**, nos termos do art. 12, inciso II, da Lei Complementar n.º 46, de 31 de janeiro de 1994, **POLLIANY ALTOÊ DA SILVA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Núcleo de Trabalho Hospitalar A de Nutrição e Dietética do Hospital Dr. Roberto Arnizaut

Silvares, ref. **QC-02**, da Secretaria de Estado da Saúde.

**DECRETO Nº 1398-S, DE 01.07.2011.**

**NOMEAR**, nos termos do art. 12, inciso II, da Lei Complementar n.º 46, de 31 de janeiro de 1994, **MARIA AUXILIADORA COLNAGO GONÇALVES**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Núcleo Especial de Regulação às Urgências e Emergências, ref. **QCE-04**, da Secretaria de Estado da Saúde.

**DECRETO Nº 1399-S, DE 01.07.2011.**

**NOMEAR**, nos termos do art. 12, inciso II, da Lei Complementar n.º 46, de 31 de janeiro de 1994, **SAMARA STEFANOM DA SILVA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Núcleo de Trabalho Hospitalar B de Emergência/Ortopedia, ref. **QC-03**, do Hospital Dra. Rita de Cássia, da Secretaria de Estado da Saúde.

**DECRETO Nº 1400-S, DE 01.07.2011.**

**NOMEAR TIAGO DEPPMANN ALBUQUERQUE**, de acordo com o Art. 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, para exercer o cargo, em comissão, de Diretor Adjunto de Unidade, Ref. **QCE-05**,